

Anti-Sionismo, Pós-sionismo e Revisionismo -- A convergência entre esquerda, direita, liberalismo e fundamentalismo islâmico

Franklin Goldgrub

Como acontece freqüentemente com palavras transformadas em símbolos, "ocupação" tornou-se uma referência absoluta, que já presume antecipadamente toda uma série de posições e argumentos, considerados inquestionáveis.

Reabrir a discussão sobre o termo significa desafiar a blindagem que o protege e enfrentar a "artilharia" *ad hominem* sempre alerta - como diz o lema dos escoteiros - para protegê-lo. O epíteto mais respeitoso será "direitista", que muito facilmente se transforma em "belicista" e, "*last but not least*", "fascista".

Entretanto, como até o mais ferrenho pós-sionista será obrigado a admitir, debates envolvem argumentos, e não debater é sinal de que se dispõe apenas de palavras-símbolo ou chavões.

O revisionismo histórico pretende oferecer uma "narrativa" frontalmente oposta ao que os novos historiadores designam por "narrativa oficial". No respectivo cartão de visita consta em destaque o termo "desmistificador".

Em princípio, o questionamento da chamada "história oficial" não implica necessariamente que a versão substituta se pautar por uma perspectiva mais exata, isenta ou rigorosa. Os méritos a que aspiram os revisionistas serão reconhecidos na medida em que efetivamente acrescentem nuances, tragam à tona fatos ou processos esquecidos, desconhecidos ou obliterados, identifiquem novas fontes e extraiam implicações acerca de dados e depoimentos anteriormente ignorados.

O risco em que incorre o revisionismo é o mesmo de que costuma acusar a "história oficial", ou seja, partir de determinada posição política para justificar uma interpretação previamente estabelecida, mediante evidências cujo peso é enfatizado na mesma medida em que a concepção oposta é desautorizada através da minimização ou negação dos respectivos dados e análises.

Inevitavelmente segue-se o momento em que os críticos são por sua vez criticados e inicia-se um debate que freqüentemente se degrada no "*clinch*" da

equivalência. Ou seja: tende-se a concluir que todo relato é subjetivo e seria ingênuo procurar critérios válidos para decidir que narrativa é a mais pertinente. Instala-se assim um relativismo que costuma favorecer os revisionistas, já que, se não há objetividade histórica e tudo se resume a posicionamentos políticos, nesse terreno sim se poderia argumentar que existem enfoques melhores e piores, "progressistas" e "reacionários", "politicamente corretos" e "politicamente incorretos".

Então, afinal de contas, a balança penderá para os novos historiadores, porque a sua seria uma abordagem ética: humanista, terceiro-mundista, pacifista, anti-colonialista, anti-capitalista, anti-imperialista, contra a opressão dos povos, contra a globalização, etc.

Na história do marxismo oficial, o termo 'revisionismo' foi utilizado pejorativamente por parte da corrente ortodoxa para denunciar a heresia "pequeno-burguesa" que visava substituir a postura revolucionária (tomada do poder) pela preconização da democratização do estado através do fortalecimento dos movimentos populares. O revisionismo defendia os interesses da classe trabalhadora no marco da democracia representativa e buscava obter melhores condições de vida para o operariado de forma gradual, evitando as conseqüências mais extremas da luta de classes. De certa maneira antecipa em um século, e no âmbito da política nacional, a "convivência pacífica" preconizada por Krushev na década de 60 para diminuir os riscos da hecatombe nuclear. O premier russo também foi acusado de revisionismo, desta vez pelo comunismo chinês -- na época Mao Tse Tung havia cunhado a expressão "tigre de papel" para designar o poderio militar norte-americano.

Em relação ao Holocausto, o revisionismo nega ou eventualmente minimiza (via contestação da cifra de seis milhões de mortos), as conseqüências da "solução final", ou seja, a decisão tomada pela cúpula do Terceiro Reich em 1941, cuja concretização representou o genocídio dos judeus europeus. A mais do que farta documentação a respeito não impede a constante publicação de livros e artigos que põem em dúvida a existência de campos de concentração e câmaras de gás. Inicialmente considerados indignos de apreciação, esses textos começaram a contar com o apoio de teóricos de esquerda[1], como Noam Chomsky e Norman Finkelstein, que defendem a liberdade de expressão qualquer seja o conteúdo das idéias divulgadas e eventualmente conferem credibilidade ou atenção a determinados aspectos da respectiva argumentação.

O fundamentalismo islâmico, notadamente através do governo do Irã, tem apoiado ativamente as teses revisionistas em relação ao Holocausto, com a finalidade de abalar um dos pilares do sionismo. Norman Finkelstein persegue o mesmo objetivo, afirmando que, se não se pode negar o Holocausto, deve-se denunciar a sua utilização -- financeira e ideológica -- por parte do Estado de Israel. Para a direita, a negação do Holocausto e/ou a denúncia da "indústria

de indenizações" explorada pelos judeus é extremamente vantajosa para recuperar a legitimidade perdida no cenário político.

No mundo editorial, o termo revisão refere-se ao exame cuidadoso dos textos previamente à sua publicação, com a finalidade de corrigir erros ortográficos e gramaticais bem como padronizar citações e uniformizar outros procedimentos mediante práticas de normatização. Nos jornais e revistas é comum a adoção de diretrizes próprias, que impõem determinado enfoque e formato aos textos não assinados (notícias, manchetes, legendas).

Em relação ao conflito árabe-israelense, a história revisionista questiona a legitimidade do sionismo a partir da perspectiva ideológica. Uma das características marcantes do revisionismo é que os fatos são considerados muito menos importantes do que a sua interpretação. A história torna-se tributária do debate político.

Um exemplo bastante ilustrativo refere-se ao enfoque revisionista da guerra de 1948, comumente atribuída à invasão do recém criado estado judeu por parte das monarquias do Oriente Médio. Segundo a nova versão, os judeus provocaram a guerra. A afirmação é ousada, visto a enorme documentação que registra desde declarações assumidamente beligerantes e manifestações oficiais de intenções genocidas até fatos militares indiscutíveis.

O que fazer? Bem, sempre se pode atribuir genericamente o conflito à justificada reação diante das agressões judaicas contra povoados árabes, com a intenção de expulsar sua população. Aqui também as evidências são raríssimas e se apóiam em depoimentos de autenticidade duvidosa. O que se encontra documentado aponta na direção exatamente oposta. Fontes insuspeitas, como as autoridades britânicas do Mandato, que testemunharam diretamente os acontecimentos e mantinham geralmente uma atitude anti-sionista, registraram inúmeros ataques contra comunidades judaicas. Foram praticados verdadeiros massacres, como o da comunidade judaica de Hebron, em 1929, configurando um padrão repetido à exaustão, cuja origem remonta às primeiras décadas do século XX e se estende pelo restante do século.

Isso não desencoraja os novos historiadores. Nada impede -- apenas documentos e testemunhos, mas o que não poderia ser colocado em dúvida desde que se queira? -- transformar escaramuças ou choques de pequena monta, geralmente provocados por milícias árabes, em agressões cometidas pelos "colonizadores". Inaugura-se assim uma prática que se mantém inalterada : a auto-defesa dos judeus, especialmente quando bem sucedida, será interpretada pelos novos historiadores como agressão.

Trata-se de um ponto particularmente importante. O que costuma ser alegado como "prova" definitiva de que a versão revisionista da guerra de 1948 é a correta decorre diretamente de seu resultado. O silogismo revisionista costuma

assumir a seguinte forma: *Premissa*: Se os judeus venceram a guerra de 1948 é porque estavam mais bem preparados; *primeira implicação*: se estavam mais bem preparados, é porque o conflito era de seu interesse; *segunda implicação*: se o conflito era de seu interesse, então a consequência mais importante (segundo a ótica revisionista), ou seja, a assim chamada expulsão da população nativa, constitui a verdadeira causa da guerra.

De acordo com esse arrazoado, ficaria plenamente comprovado que a guerra de 1948, ao contrário da versão conhecida, está longe de representar o esforço de sobrevivência de 600 mil pessoas declaradamente ameaçadas de morte, bem como a defesa do estado criado em uma diminuta extensão de terra cujo desenvolvimento havia sido laboriosamente promovido durante as cinco décadas anteriores. A morte de aproximadamente 6 mil judeus durante o conflito, representando 1% dos habitantes, taxa altíssima, ainda mais levando em conta a curta duração dos combates (aproximadamente um ano), tampouco é mencionada pelos defensores da tese da usurpação sionista.

A versão revisionista proclama, muito diferentemente, que a imigração ilegal de 600 mil pessoas havia provocado os regimes vizinhos, identificados com a população local, desapropriada pelos recém chegados. A finalidade da guerra de 1948 não teria sido outra senão promover uma nova expulsão dos nativos, justificada desta vez como reação à invasão dos exércitos árabes.

Nessa perspectiva, as monarquias do Oriente Médio caíram numa armadilha. Os seus exércitos, que pretendiam restaurar a justiça eliminando os verdadeiros invasores, acabaram fornecendo o pretexto para que a população árabe fosse novamente despossuída. O próprio número dos refugiados -- estimado arbitrariamente em 600 mil -- corresponderia exatamente aos dos colonizadores, reforçando a idéia de que cada judeu teria tomado o lugar de um árabe.

Todos os fatos contrários -- como a permanência de uma parcela substancial da população árabe na região da Partilha destinada aos judeus, constituindo hoje um quinto da população de Israel -- são ignorados. Tampouco é mencionado pela narrativa revisionista que embora o resultado da guerra tenha sido favorável aos judeus, uma parte do território destinado a Israel foi tomado pela Síria, a Jordânia e o Egito. Menos ainda se leva em consideração que o reino hachemita se apossou da cidade velha de Jerusalém, infringindo a decisão da ONU que colocava a cidade sob jurisdição internacional. Os habitantes judeus da Jerusalém bíblica foram obrigados a fugir para não serem mortos e o governo jordaniano impediu o seu acesso aos lugares sagrados, além de promover deliberadamente a destruição de sinagogas e cemitérios.

Talvez a omissão mais importante dos novos historiadores se refira ao fato de que o estado árabe da Palestina não saiu do papel porque o Egito e a Jordânia

(que passou a chamar-se Transjordânia) ocuparam Gaza e a margem ocidental do Jordão.

O obliteração é bastante compreensível. Na medida em que o revisionismo professa a tese segundo a qual o efeito permite identificar a causa, seria preciso então admitir que os ganhos territoriais obtidos pela Jordânia, o Egito e a Síria (Golan) teriam sido intencionais, o que no mínimo relativizaria a acusação dirigida a Israel e no máximo impugnaría a nova versão como um todo.

É revelador que o revisionismo, cujo principal ponto de partida é constituído pela reinterpretação da guerra de 1948, comece a sua carreira a partir da década de 80, quando a crise da União Soviética e dos regimes do leste europeu entrou em sua fase mais aguda. Na mesma época os regimes terceiro-mundistas que substituíram o domínio colonial passaram a revelar a sua face menos fotogênica[2]. Em acréscimo, tanto a contumaz violação de direitos humanos em Cuba como a guinada do regime comunista chinês em direção à economia de mercado exacerbaram a divisão do marxismo.

O fracasso econômico, político e ético do socialismo, onde quer que tenham sido implantados sistemas políticos baseados na economia controlada pelo estado e no regime do partido único, supostamente representativo do proletariado, constitui um dos motivos capitais para entender o crescente anti-sionismo da esquerda.

Explica-se: apenas duas décadas após as grandes vitórias em Cuba e no Vietnã e à expectativa de que a luta contra as ditaduras latino-americanas instituídas por Washington levasse ao mesmo resultado, o discurso socialista foi fortemente impactado pela desestruturação interna das assim chamadas democracias populares do leste europeu, que não deixavam de representar, bem ou mal, o marxismo.

Na década de 80 iniciou-se o processo de democratização na América Latina, que tardaria uma década em consolidar-se. Talvez surpreendentemente, a abertura política ao sul do Rio Grande contou com o beneplácito dos Estados Unidos, que também passava por mudanças na mesma época. As novas diretrizes estipuladas pela Casa Branca se explicam provavelmente em função do processo de globalização econômica que assegurou a hegemonia do liberalismo no plano internacional, tornando prescindível o recurso aos regimes ditatoriais.

Com o fim do *apartheid* na África do Sul, a queda do muro de Berlim em 1989, a implosão da União Soviética (e demais regimes comunistas da Europa Oriental) na década de 90, o ingresso da China na economia de mercado, a

contínua deterioração do regime cubano bem como das sociedades auto-denominados socialistas da África e da Ásia e ainda o concomitante surto de desenvolvimento econômico nos países não industrializados que haviam adotado o modelo liberal, a esquerda ficou simultaneamente privada da guerrilha e da retórica revolucionárias (América Latina), do modelo político-econômico (leste europeu), da luta contra a discriminação (África do Sul) e da bandeira terceiro-mundista (Ásia e África).

Israel tornou-se então a tábua de salvação para uma ideologia que preferiu manter inalteradas as suas análises teóricas e posições ideológicas. O anti-sionismo da esquerda fora desencadeado pelas guerras de 67[3] e 73. Nesses conflitos as ditaduras síria e egípcia haviam sido apoiadas pela União Soviética[4], que armara e treinara as respectivas forças militares. O anti-sionismo da década de 70, *made in URSS*, refletiu o impacto causado pelo desprestígio da estratégia bélica preconizada pelo Kremlin e expressou-se internamente através de atos discriminatórios contra a minoria judaica. Embora toda a situação se inscrevesse no âmbito da guerra fria, cujo principal aspecto residia na disputa de poder entre as duas potências que haviam substituído a hegemonia franco-britânica no Oriente Médio[5], a esquerda interpretou o conflito como um choque entre socialismo e capitalismo.

Na seqüência, a extensão da crise marxista, acentuada nas décadas de 80 e 90, motivou a exasperação do anti-sionismo, que extrapolou as fronteiras da União Soviética e se transformou na bandeira resquicial da esquerda no plano da política internacional. Como a guerra fria, travada em terreno econômico e político, fora vencida pela potência capitalista, restava o debate ético entre os dois modelos.

As inúmeras violações dos direitos humanos cometidas nos países socialistas começavam a emergir dos arquivos e depoimentos, mas de forma lenta, e eram conhecidas apenas pelos mais atentos e informados. De qualquer maneira, sob esse aspecto, os regimes liberais do ocidente não poderiam pretender qualquer superioridade, visto que sua riqueza se deve historicamente à matéria prima extraída do atual terceiro mundo[6], bem como às relações desiguais de intercâmbio entre as metrópoles e as ex-colônias, transformadas em áreas de influência e mercados.

As críticas e denúncias dirigidas contra o colonialismo europeu dos séculos XVII, XVIII e XIX, bem como às intervenções americanas na América Latina durante as décadas de 60 e 70[7], quando a política externa do Tio Sam guiou-se pela diretriz de evitar novas revoluções cubanas a qualquer custo, inclusive o do genocídio[8], foram derivados para Israel. Do ponto de vista do imaginário, a operação é favorecida pela equação: "judeu = dinheiro = exploração = capitalismo = EUA". A esquerda, obviamente, protestará, afirmando que jamais terá recorrido a associações espúrias do gênero... Como prova, oferecerá o testemunho da esquerda pós-sionista israelense e de vários intelectuais judeus

que defendem, aberta ou veladamente, o desaparecimento imediato ou gradual do estado judeu.

A presença israelense em Gaza e na margem ocidental do Jordão foi equiparada ao colonialismo enquanto simultaneamente a Organização de Libertação da Palestina, nome facilmente vinculável às "frentes de libertação nacional" que lutaram contra a dominação européia e americana, era elevada à condição de movimento popular criado para resistir ao invasor.

Mais uma vez, trata-se de uma concepção frontalmente contrária às evidências. A OLP (fundada em 1964), bem como a esquerda, jamais haviam protestado contra o domínio egípcio na faixa de Gaza e o jordaniano na margem ocidental, que perdurou de 48 a 67. Por outro lado, a partir de 67 teve início um período extremamente favorável para a população local. Todos os índices, econômicos e de qualidade de vida, testemunham eloqüentemente o desenvolvimento inédito da região. A renda *per capita* aumentou exponencialmente (superando a do Egito, Síria e Jordânia) e a média de vida alcançou patamares inéditos. A mortalidade infantil diminuiu acentuadamente. Essas mudanças se devem em grande medida à criação de uma infra-estrutura de energia, saneamento e comunicação. Tanto água encanada como eletricidade chegaram à quase totalidade dos domicílios e empresas. O analfabetismo recuou consideravelmente e pela primeira vez os habitantes da margem ocidental e de Gaza puderam freqüentar o ensino universitário, proibido durante o domínio egípcio e jordaniano.

Do ponto de vista político, Israel não interferiu absolutamente na organização social das cidades e aldeias palestinas, limitando-se a cuidar da segurança de suas próprias fronteiras. A construção dos assentamentos, que a esquerda chama de "colônias" por motivos óbvios, não foi feita em terras particulares e ocorreu sem qualquer tipo de transtorno para a população local. O intercâmbio comercial e a abertura do mercado de trabalho israelense favoreceram sobremaneira o desenvolvimento econômico.

Essas práticas e resultados são exatamente o oposto do que se esperaria de um regime colonial. Caberia então perguntar por que motivo a população local ingressou maciçamente nas fileiras dos movimentos terroristas a partir do final da década de 80.

Aqui seria preciso fazer a revisão da história revisionista... que escamoteia, entre outros dados, o importante processo conhecido como "intrafada", anterior e preparatório em relação às "intifadas" ou revoltas.

(As "intifadas" foram promovidas ao estatuto de rebeliões populares pela propaganda das ditaduras do Oriente Médio e pela mídia de orientação anti-

sionista, fortemente impregnada pelo ideário da esquerda. Assim como quem acreditasse nos textos publicados pela imprensa alemã a partir de 1933 até 1945 estaria propenso a considerar que nada haveria de errado com o extermínio dos judeus, quem consome acriticamente as informações e imagens veiculadas pela mídia ocidental a partir da década de 80 considerará que nada há de errado com a destruição de Israel).[9]

A intrafada consistiu no assassinato e na intimidação das lideranças palestinas que mantiveram relações de cooperação com Israel. Longe de constituir o equivalente ao colaboracionismo europeu durante a ocupação nazista, esse fenômeno não implicou em qualquer concessão desvantajosa para a população local, antes o contrário. Pela primeira vez em sua história, tanto as cidades árabes da faixa de Gaza como da margem ocidental do Jordão gozaram de soberania.

Exatamente ao contrário do que a história revisionista apregoa, foi precisamente o processo de desenvolvimento econômico e a liberalização política das cidades palestinas[10], emancipadas do Egito e da Jordânia, que motivou as fortes pressões da Liga Árabe para negociar a entrega de Gaza e da margem ocidental à OLP.

Essa decisão representou o fim do período de autonomia da população palestina. Após a eliminação dos rivais políticos, Arafat criou movimentos terroristas supostamente independentes do seu governo[11] e manejou as finanças tanto em benefício próprio como para financiar o terrorismo. As medidas de defesa tomadas por Israel, que passou a controlar rigorosamente o ingresso de palestinos em seu território e bloquear estradas para impedir atentados, somou-se à política econômica deliberadamente anti-desenvolvimentista da Autoridade Palestina, resultando na estagnação econômica que canalizou a mão de obra desempregada para as milícias terroristas, cujos participantes são remunerados (inclusive por "produção").

Os "pós-sionistas" e a esquerda internacional, respaldados por ONGS e em coro com a propaganda anti-israelense dos regimes ditatoriais árabes, acusaram então Israel de asfixiar a economia palestina...

Na perspectiva anti-sionista, aos assentamentos construídos na margem ocidental e em Gaza após 1967 foi atribuída a causa do terrorismo, elevado à condição de rebelião popular contra a ocupação.

O argumento revisionista contraria -- mais uma vez -- todas as evidências conhecidas. Em primeiro lugar, porque o terrorismo é muito anterior a 1967 e sua finalidade abertamente declarada sempre foi a destruição do estado judeu. Em segundo lugar, porque desde 1948 o estatuto de Jerusalém, bem como da

margem ocidental e de Gaza, ocupados pela Jordânia e pelo Egito, permaneceram provisórios. Essas regiões foram caracterizadas pela ONU como "territórios disputados", cujo estatuto final deveria ser negociado. Em terceiro lugar, é mais do que compreensível que um país cuja existência se encontra ameaçada desde o momento inicial de sua existência, e que em 1967 havia combatido sua terceira guerra de defesa em vinte anos, procurasse aumentar a própria segurança, fortificando suas fronteiras precisamente na região mais vulnerável.

Por outro lado, é fato incontroverso que nas negociações de 2000 o governo israelense ofereceu 94% da região em disputa à autoridade palestina, mais a compensação territorial correspondente, em troca de paz. A proposta foi recusada por Arafat. Geralmente os críticos dão a entender que os assentamentos foram construídos em propriedade particular para justificar o argumento do "roubo de terras", típico da atitude colonialista -- o que, mais uma vez, não corresponde às evidências. Não houve confisco de bens para a construção de assentamentos nem tampouco essas terras sem proprietários estavam registradas em nome de qualquer governo, inclusive porque o Egito e a Jordânia não oficializaram (nem poderiam fazê-lo) sua soberania sobre a região.

Caso novas negociações resultarem na atribuição dos assentamentos à jurisdição palestina, a presença de 250 mil judeus em meio a uma população calculada em 3 milhões de pessoas dificilmente poderia ser considerada uma ameaça à soberania. Tanto quantitativa como percentualmente, trata-se de um número bem inferior à população árabe de Israel, que soma aproximadamente um milhão e duzentas mil pessoas, ou 20% de seus habitantes.

Aqueles que consideram absurda a presença de uma minoria judaica em território palestino são os mesmos que acusam Israel de políticas semelhantes ao *apartheid*. Esse argumento "pós-sionista" é tão contraditório que dispensa qualquer comentário. No começo do século XX Freud formulou o conceito de projeção, definido pela tendência de atribuir a outrem sentimentos e atitudes considerados intoleráveis.

Pode-se dizer que os argumentos do anti-sionismo, respaldados em grande medida pelo revisionismo histórico e pelo pós-sionismo, derivam de omissões, inversões e distorções colocadas a serviço de uma concepção ideológica que se encontra no ápice da sua crise.

Aos judeus dos países árabes se aplica muito mais justificadamente o qualificativo de refugiados. Além de discriminados, foram freqüentemente agredidos, presos, assassinados, no melhor dos casos expulsos e tiveram seus bens confiscados. Ao contrário da situação vivenciada pela população árabe do

território judeu, aliciada pelos invasores e exposta aos combates de uma guerra proclamada pelas monarquias da região, não houve qualquer conflito interno que pudesse justificar a incriminação, expulsão e expropriação dos judeus da África muçulmana e do Oriente Médio.

A comunidade judaica dos países árabes e muçulmanos, calculada originalmente em aproximadamente 750 mil pessoas, foi reduzida, na década de 50, a menos de 10 mil, número absolutamente inferior ao da minoria árabe em Israel -- e isso numa extensão territorial infinitamente maior, que cobre mais de 97% do Oriente Médio[12].

A condição de "dhimmi" (cidadão de segunda classe) é uma instituição secular onipresente nos países árabes, imposta à população não muçulmana, tendo por implicação a proibição de acesso ao serviço público bem como a certos direitos, inclusive de propriedade. A acusação de discriminação, feita de maneira tão freqüente como injustificada em relação a Israel, retrata plenamente a condição das minorias nas outras sociedades do Oriente Médio.

A presença israelense nos territórios disputados se deve a uma guerra de defesa, em que derrota teria significado a destruição do estado judeu. A devolução do Sinai ao Egito, no âmbito de um tratado de paz, demonstra eloqüentemente o não-expansionismo israelense. A península, maior do que todo o Estado de Israel, acarretaria inúmeras vantagens, como a exploração de petróleo e o turismo.

Os partidários da "Grande Israel", movimento de caráter expansionista, são minoritários em Israel. Em comparação, a destruição do estado judeu e sua substituição por um estado palestino constitui a posição oficial da grande maioria dos governos e da população das sociedades árabes. Em Israel, o assassinato constitui uma transgressão das leis, devidamente punida, não importa a etnia da vítima e do autor; diferentemente, o terrorismo, que visa matar civis, não somente é defendido como também considerado um ato de heroísmo na sociedade palestina e árabe em geral.

Do ponto de vista ético e ideológico, não há como entender o silêncio da esquerda diante das abissais diferenças sociais e da violação brutal de direitos humanos nas sociedades muçulmanas. Igualmente incompreensível é a ausência de qualquer menção à limpeza étnica praticada nessas sociedades -- ilustrada não somente pela expulsão de judeus na década de 50, mas também pela difícil condição dos cristãos no Líbano e nos territórios palestinos bem como pelo genocídio das minorias cristãs e animistas por parte do governo muçulmano do Sudão. O caráter ditatorial dos regimes que governam a totalidade do mundo muçulmano, com as piores conseqüências para a população, tampouco foi capaz de mobilizar os setores auto-intitulados progressistas.

Especificamente em relação à Autoridade Palestina, quer sob o governo do Fatah ou do Hamas, o autoritarismo e a corrupção do regime bem como a incitação ao assassinato de judeus, veiculada com aprovação oficial, também passa em branco. Essa eloqüente marca da ligação entre anti-sionismo e anti-semitismo, presente tanto na mídia como no sistema educacional e religioso, é tão evidente que suscita a pergunta pela indiferença daqueles que proclamam sua profissão de fé humanista aos quatro ventos.

Assim como a direita alemã responsabilizou os judeus e a Internacional Socialista pela derrota na primeira guerra mundial, com a finalidade de estimular o sentimento nacionalista e manter o poder, atualmente a esquerda oficial responsabiliza o capitalismo e a globalização pela *débâcle* das sociedades socialistas e confere a Israel o papel de encarnar os crimes mais execráveis do colonialismo e do capitalismo.

A direita alemã da segunda década do século XX , cuja expressão política foi o Partido Nacional Socialista, defendia um nacionalismo extremo que se traduziu no expansionismo militar. A sua finalidade consistia em obter o "espaço vital" reivindicado pelo Terceiro Reich, projeto ligado à supremacia da raça ariana.

Em simetria oposta mas de acordo com um projeto hegemônico similar, a esquerda reagiu à sua derrota política e econômica no final do século XX acentuando a estratégia do internacionalismo ideológico como resposta ao êxito do neo-liberalismo.

O expansionismo da esquerda não é de natureza militar mas política. Privada do respaldo soviético desde a década de 90, aliou-se ao fundamentalismo islâmico, principal opositor da maior potência capitalista. Contudo, o poderio dos regimes muçulmanos depende diretamente da demanda ocidental de petróleo.

No plano das relações internacionais, cenário em que os grandes confrontos entre o "bem" (o marxismo) e o "mal" (o liberalismo) mobilizam profundamente o militante, a esquerda outorga às milícias islâmicas o papel anteriormente atribuído às guerrilhas vietnamita e latino-americana[13]. A diretriz é clara: antagonizar os Estados Unidos sempre que possível, finalidade em relação à qual a aliança entre Washington e Jerusalém cai como uma luva.

Para além da questão ideológica, estão envolvidos interesses materiais que em geral passam despercebidos. O fracasso do socialismo deixou órfãos todos aqueles cujas carreiras profissionais, imagem pública e discurso político se apoiavam na legitimidade e na vigência desse modelo teórico. Líderes partidários, dirigentes sindicais, docentes universitários, centros acadêmicos, editores e analistas da mídia visual, falada e escrita, militantes de ONGs

dedicadas a direitos humanos, configurando um vasto contingente de pessoas cujas idéias, práticas e remuneração devem-se direta ou indiretamente à credibilidade do marxismo, foram impactados pelas profundas modificações políticas e econômicas ocorridas no final do século XX.

Israel tem o dom de congregar adversários cuja incompatibilidade é tão evidente como os interesses em nome dos quais professam sua versão peculiar de anti-sionismo. A direita precisa negar o Holocausto para readquirir cidadania política, razão pela qual condescende em aliar-se a uma esquerda que compara o estado judeu ao regime nazista para atingir os Estados Unidos[14] e manter assim os respectivos dividendos eleitorais, prorrogando a venda de um produto que ultrapassou sua data de validade.

Similarmente, as ditaduras do Oriente Médio, que se empenham até as últimas conseqüências em impedir a abertura das suas sociedades, aliam-se economicamente às democracias do ocidente, cujo ideário supostamente humanista não impede a aceitação das mais conspícuas violações dos direitos humanos em nome da manutenção dos lucros provenientes do petróleo e dos petrodólares.

A convergência entre anti-sionismo, pós-sionismo e revisionismo histórico, concepções professadas indistintamente pela esquerda, pela direita, pelo liberalismo e pelo fundamentalismo islâmico, demonstra que o conflito do Oriente Médio, ao contrário do que afirmam as interpretações mais comuns, não resulta do choque entre dois nacionalismos opostos, o árabe e o judeu, e muito menos se deve a um confronto de natureza ideológica.

Trata-se antes da oposição irreduzível entre a legitimidade do estado judeu, cujas leis asseguram os direitos humanos de todos os seus cidadãos, e interesses políticos e econômicos que, repetindo o cenário prévio à segunda guerra mundial, se limitam a priorizar conveniências, não importa o grau de abjeção moral ao qual for preciso chegar.

A máscara pacifista e humanista aposta ao anti-sionismo, ao pós-sionismo e ao revisionismo histórico não resiste ao exame mais superficial.

[1] Ou considerados como tal.[2] Por exemplo, guerras civis e genocídios na África, tanto islâmica como negra. [3] Em 1967 a monarquia jordaniana, pró-ocidental, aliou-se às tropas síria e egípcia, apesar dos pedidos israelenses, abrindo uma terceira frente. O resultado foi a perda de Jerusalém Velha e da margem ocidental do Jordão, situação que a esquerda, a partir de fins da década de 80, em conjunto com a OLP, passou a chamar de ocupação. [4] Que não levou em conta a repressão aos militantes de esquerda nesses países. Prevaleceu, como quase sempre durante a história do comunismo russo, a

"Realpolitik".[5] Que por sua vez substituíra o Império Otomano, desaparecido após a 1ª. guerra mundial.

[6] Conforme o processo que Marx chamou de "acumulação primitiva".

[7] Que deram prosseguimento à política do "big stick".

[8] Como na Argentina, no Chile e no Uruguai, principalmente, e em escala um pouco menor também no Brasil.

[9] No mundo árabe a demonização de Israel é idêntica à demonização do judeu pela imprensa nazista, e conjuga o anti-sionismo com temas anti-semitas. O *affaire* Al-Dura, o pendant contemporâneo do caso Dreyfuss, mostra que a mídia ocidental não está tão distante desse modelo.

[10] Que guardadas as devidas proporções, poderiam ser comparadas à "perestroika" e à "glaznost" promovidas por Gorbachev na União Soviética.

[11] Irresponsabilidade que contraria a lógica mais elementar.

[12] Conceito que em sua acepção geopolítica inclui também a África do Norte.

[13] A ligação das FARC com o narcotráfico constitui uma situação particularmente incômoda para a esquerda.

[14] Ou seja, o capitalismo e sua ideologia liberal.

Franklin Goldgrub

Professor titular da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicou *O Anti-Sionismo* (2008), *A Metáfora Opaca* (2004), *O Neurônio Tagarela* (2002) e *A Máquina do Fantasma* (2001), entre outros livros.

www.franklingoldgrub.com